

FHC busca agenda para frear sucessão de crises

Demora da CPI...

pela cassação do senador baiano, a quem atribui a responsabilidade pela imagem de que a corrupção no governo é endêmica e generalizada.

Empenhado em salvar o correligionário, o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), acha que ACM não merece perder o mandato por um único e isolado delito: a violação do painel do Senado na sessão que cassou o mandato do ex-senador Luiz Estevão. Bornhausen tem dito que ACM não pode ser julgado pelos últimos atos, quando tem "relevantes serviços prestados ao País" em 40 anos de vida pública.

Nas preocupações do PFL, além disso, estão evidentemente as urnas repletas de votos que o senador baiano poderá conquistar para o partido em 2002, graças à incomparável popularidade de que goza no Estado que já governou três vezes e o qual controla com mãos de ferro.

Planos - Dos planos do PFL para salvar ACM fazia parte até a substituição do presidente da Comissão de Ética, Ramez Tebet (MS), que já declarou ser contrário ao voto secreto no exame do parecer do relator Saturnino Braga (PSB-RJ), por algum senador mais afinado com os anseios do PFL. Tebet, segundo esse desejo, seria nomeado ministro da Integração Nacional no lugar de Fernando Bezerra, que deixou o cargo no início da semana. Assim, as chances de ACM aumentariam.

No Palácio do Planalto, onde cresce o desconforto com a suspeita de que o presidente participou de um acordo para salvar ACM, o senador baiano é responsabilizado também pela escolha do ex-ministro Rodolfo Tourinho, que comandou o Ministério de Minas e Energia e seria o maior responsável pela grave crise de energia que o País começa a enfrentar.

Tourinho admite que nunca considerou a situação tão delicada como ela hoje se apresenta, mas acusa o Ministério da Fazenda pelo veto aos projetos de emergência que criou para solucionar a crise. O ministro Pedro Malan nunca teria permitido a concretização das termoeletricas que, segundo Tourinho, protegeriam o País do desastre que agora se avizinha.

A polêmica pode até aumentar nos próximos dias, mas não vai resolver o problema da falta de energia. "Não sei que solução milagreira o governo vai achar, no entanto será difícil neutralizar os efeitos de um apagão de quatro a cinco horas em uma grande cidade", diz Gaudêncio Torquato. "Sem CPI, sem cassação de senadores e com apagão, o descontentamento será inevitável."

Nesse caso, observa Coimbra, o governo seria atingido por uma combinação perversa. "Depois de todos esses acontecimentos, o apagão só aumentaria a insatisfação e reforçaria a desconfiança da população", resume o diretor do Vox Populi. "Sabe o que é um cidadão preso por horas no trânsito, porque o sinal não funciona? Ou o sujeito que pagou todos os impostos, obrigado a subir 15 andares pela escada?", exemplifica. Pela reação do Planalto, esse parece ser o novo fantasma do governo, talvez ainda pior do que os ataques de ACM ou a ameaça de CPI.